

Comunicação e Sociedade

ARTIGOS

Investigação sobre as lógicas do comentário social crítico*

Research on the logic
of critical social commentary

Investigación sobre las lógicas
del comentario social crítico

JOSÉ LUIZ BRAGA



Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos a partir de 1999. Coordena o programa desde janeiro de 2002. Foi professor na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília de 1987 a 1999 e na UFPb de 1978 a 1987. Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse, da Universidade de Paris II (França, 1984). Mestre em Educação pela Florida State University (EUA, 1971). Autor, com Regina Calazans, de *Comunicação & educação: questões delicadas na interface* (São Paulo, Hacker Editores, 2001). E.mail: braga@icaro.unisinos.br.

* Texto apresentado no GT de Comunicação e Sociabilidade, no XI Encontro Nacional da Compós (Rio de Janeiro, UFRJ, junho de 2002).

BRAGA, José Luiz. Investigação sobre as lógicas do comentário social crítico. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a.24, n. 39, p. 11-32, 1o. sem. 2003.

Resumo

O artigo, inscrito em uma pesquisa em andamento sobre o subsistema crítico-interpretativo midiático (SSCI), propõe as posições básicas assumidas para análise deste objeto: a meta final de trazer contribuição para uma crítica da crítica midiática; a inscrição da crítica especializada como componente de um sistema mais amplo de comentários “de sociedade” sobre a mídia; a premissa de possibilidade estrutural de um sistema crítico em função das continuidades e tensões entre processos midiáticos e sociedade; e uma postura de enfocar, nos comentários componentes do SSCI, as “lógicas” que os articulam com o objeto criticado. Elabora ainda uma proposição preliminar e abrangente do conceito de SSCI e a perspectiva de investigação das “lógicas” dos comentários. Com base nessas proposições e em limites já percebidos em levantamento exploratório, são definidos os principais observáveis para o trabalho de investigação a ser feito.

Palavras-chave: Crítica midiática – Subsistema crítico – Esfera pública midiática – Sociedade midiática – Mídia e processos sociais.

Abstract

The article is part of an on-going research project on the critical-interpretative media subsystem (CIMS) that presents the bases for analysis of this object: the presentation of key elements for a critique of media critique; the role of specialized critique as part of a broader system of social commentary on the media; the premise of structural possibilities for a critical system as part of the continuities and tensions between media processes and society; and a critical stance, based on the components of the CIMS, which focuses the “logic” that is articulated with the object under critique. The principal results of the research undertaken to date are presented based on these propositions and the limitations identified during preliminary analyses.

Keywords: Media critique – Critical sub-system – Media public Sphere – Mediatized society – Media and social processes.

Resumen

El presente artículo, enmarcado en una investigación que actualmente se encuentra en desarrollo sobre el subsistema crítico-interpretativo mediático (SSCI), propone las posiciones básicas asumidas para el análisis de este objeto: la meta final de traer una contribución para una crítica de la crítica mediática; la inscripción de la crítica especializada como componente de un sistema más amplio de comentarios “de sociedad”; la premisa de posibilidad estructural de un sistema crítico en función de las continuidades y tensiones entre procesos mediáticos y sociedad; y una postura de enfocar, en los comentarios componentes del SSCI, las “lógicas” que los articulan con el objeto criticado. Además, elabora una proposición preliminar y amplia del concepto de SSCI y de la perspectiva de investigación de las “lógicas” de los comentarios. A partir de esas proposiciones y de los límites ya percibidos en un levantamiento exploratorio, se definen los principales observables para el trabajo de investigación a ser efectuado.

Palabras-clave: Crítica mediática – Subsistema crítico – Esfera pública mediática – Sociedad mediatizada – Medios y procesos sociales.

Em artigo anterior, elaboramos algumas reflexões sobre “interação social midiática ampla”, envolvendo processos de retorno difuso e diferido, que caracterizariam uma permeação entre mídia e sociedade, percebendo aí uma possibilidade de superação da dualidade entre os pólos desta habitual disjunção e expressando um argumento a favor dos que percebem uma continuidade entre ambos (evidentemente não isenta de tensões, próprias das relações entre parte e todo) (Braga, 2001).

Em outro artigo afirmamos um subsistema crítico-interpretativo (SSCI), enquanto conjunto de atividades e proposições de diversos setores da sociedade em busca de critérios para julgar, avaliar e selecionar produtos e processos midiáticos; para tentar uma incidência sobre a produção e/ou para estimular as competências dos usuários (Braga, 2000). Constatando as limitações qualitativas freqüentemente apresentadas por nossa programação midiática, assim como uma insuficiência do trabalho crítico relevante na sociedade e que pudesse ter alguma potencialidade direcionadora ou eficazmente contestadora sobre aquela produção (e seu uso na recepção), assumimos a premissa de que

um tal sistema crítico-interpretativo bem desenvolvido se torna competente para (no conjunto e no longo prazo) “agir” positivamente sobre o sistema de produção, induzindo qualidade (pelo menos em algumas linhas de produção). Ao mesmo tempo fornecendo bases, vocabulário e critérios para os usuários em seu esforço de seleção, interpretação e “edição” dos produtos com que se defrontam (ib.).

Um passo básico nesta proposição é o de substituir a percepção de relação mídia/sociedade como um processo binário entre produção e recepção por uma proposta ternária envolvendo três subsistemas com incidências mútuas: processos de produção, de recepção (uso) e crítico-interpretativos – os três sistemas não sendo, entretanto, inteiramente separáveis em instituições, espaços sociais e grupos estanques de pessoas. Pretendemos assim observar os processos da mídia na sociedade (e não “sobre a sociedade”).

Ao mesmo tempo em que fazíamos aquela proposta, percebíamos a fragilidade do SSCI – no que se refere tanto a seu efetivo funcionamento na sociedade, quanto ao próprio nível de conhecimento, muito reduzido, que temos – a ponto de sequer este ser percebido como um subsistema “relacionado”, vendo-se a crítica antes como parte de uma segunda relação dual de mútua exterioridade (crítica versus produção midiática) – o que corresponde a desconhecer as relações SSCI/recepção, além dos dois equívocos de dualismo.

Percebendo as insuficiências de sistema crítico-interpretativo da mídia no País, é relevante pesquisar proposições e ações na sociedade que, com diferentes graus de eficiência, interesse e qualidade, sejam participantes ou caracterizadores desse subsistema nas interações midiático-sociais. Trata-se então de conhecer o sistema crítico de que efetivamente dispomos – para viabilizar, posteriormente, um trabalho crítico e propositivo sobre o próprio “sistema crítico” (ou seja, desenvolver uma crítica da crítica). A pesquisa que começamos a desenvolver há pouco menos de um ano, sobre estas bases, tem os seguintes objetivos:

- desenvolver a construção do conceito de subsistema crítico-interpretativo como um componente ativo da interação social-midiática;

- observar, através de um levantamento de materiais, produções sistemáticas e setores ativos, algumas “lógicas” do processo crítico-interpretativo sobre a mídia;

- fazer inferências sobre o “estado da arte” no que se refere ao subsistema crítico-interpretativo midiático no País;

□ desenvolver uma reflexão crítica referente a encaminhamentos promissores para metas sociais como: aperfeiçoamento da interatividade social; obtenção de incidências sobre o sistema de produção; e desenvolvimento de critérios e “modos de dizer” adequados a uma utilização por usuários na construção de sua autonomia interpretativa (ou seja – propostas preliminares e gerais para uma crítica da crítica).

O presente artigo, baseado em estudos e em uma pré-observação exploratória, procura atender (ainda de forma preliminar) o primeiro destes objetivos – a construção do conceito. Esta mesma construção deve resultar nas bases para desenvolvimento posterior da observação proposta no segundo objetivo.

Nossa questão central, aqui, refere-se à constituição de um objeto de pesquisa organizado a partir dos “comentários sociais” sobre a mídia. Estes comentários não serão considerados enquanto observações especializadas, mas, ao contrário, como parte constitutiva da trama social: como subsistema crítico-interpretativo. Envolve também a necessidade de indicar instâncias de realidade (falas, “posições”) que, desenvolvendo e expondo esse comentário social, sejam “partes” desse SSCI – e que constituirão, portanto, o objeto empírico, os observáveis da pesquisa.

Embora não se caracterizando como um conceito abstrato e sim como um processo social, é preciso desenvolver uma concepção desse subsistema, para poder trabalhar operacionalmente em sua investigação. Esta concepção é preliminar porque somente através de um avanço posterior nos outros três objetivos da pesquisa é que poderemos propor um conceito rigoroso de SSCI (ao final da pesquisa). Por outro lado, justifica-se desde já estabelecer uma conceituação preliminar, pois é preciso dispor de uma percepção geral sobre características e abrangência de um SSCI para poder operacionalizar o questionamento deste objeto e desenvolver a investigação “de campo” – observação sistemática da atividade crítica na sociedade. Isto quer dizer que estamos tratando da concepção de um SSCI a ser desenvolvida em um processo de ida-e-volta entre reflexões de ordem geral e “organizatória” e observações concretas de realidade empírica, que se alimentarão mutuamente.

Premissas e posições de análise

Assumimos nossa problematização enquanto voltada para uma meta posterior de crítica da crítica. Para que isso seja possível, é preciso constituir a crítica como objeto de pesquisa, para posteriormente poder criticá-la assim como a seus circuitos de expressão. Observamos que o esforço de criticar a crítica não existe de modo significativo no Brasil, no que se refere à mídia. O que encontramos, com alguma frequência, é um trabalho de polêmica entre diferentes posições críticas – mas estas, no que nos interessa, ocupam o mesmo plano de relacionamento. A ausência de reflexão sobre o que seja (ou deveria ser) a crítica midiática está correlacionada a uma necessidade de elaboração do conhecimento sobre o sistema.

Certamente encontramos uma boa quantidade de produção crítica sobre a mídia; uma certa parte dessa produção é mesmo bastante interessante. Por outro lado, não dispomos de teorias e nem mesmo doutrinas (posições de escola) sobre o que é ou deveria ser a crítica. Correlatamente, não dispomos de uma “história da crítica midiática”, embora comecem a se delinear estudos de natureza histórica sobre as teorias referentes ao estudo da mídia e da comunicação, com a qual uma história da crítica deveria ser relacionada.

Quando se fala em “crítica midiática”, de um modo geral está se tratando de dois tipos de produção de comentários sobre a mídia: a crítica acadêmica e a crítica jornalística. Mais raramente, fala-se também em uma “crítica dos usuários”, expressa em sua capacidade de resistir às injunções da mídia (lastreada em mediações culturais extra-midiáticas) e/ou de selecionar e interpretar ativamente (em seu próprio interesse) o que recebem pela mídia.¹ Sobre essa crítica especializada, que não é o principal foco de nosso interesse na pesquisa, é possível entretanto fazer algumas

1. Entretanto, essa crítica raramente é observada por si mesma, sendo antes referida às perspectivas especializadas, seja para louvar o seu valor (quando aparentada à crítica especializada), seja para lastimar a sua distância dos “bons valores” críticos, sua insuficiência ou indigência.

constatações, com todas as ressalvas de praxe sobre as ricas e produtivas exceções ao que a seguir apontamos.

A crítica acadêmica, no Brasil, parece basear-se mais nas leituras que fazemos de nossos autores preferidos, leituras em seguida “aplicadas sobre” as produções midiáticas em geral; do que em um trabalho de observação sistematizada, com explicitação de critérios analíticos, sobre a produção e os processos midiáticos. Além disso, caracteriza-se antes pela expressão de posições apriorísticas e totalizantes sobre a mídia (tradicionalmente sobre a mídia considerada unidirecional, rádio e televisão; mas agora também sobre a mídia informatizada, interativa) do que por uma análise que procure fazer diferenças qualitativas e compreender as lógicas e o sentido, bem como os limites, de processos e produtos diferenciados. Uma parte significativa desta crítica tende a inscrever-se em uma ou outra das perspectivas caracterizadas por Umberto Eco como “apocalípticas” e “integradas”.

A exceção a este padrão ocorre apenas quando é possível analisar produtos específicos enquanto “obras”, fazendo-se diferenças, categorizações e qualificações. Esta distinção entre produtos percebidos como “obras” (e analisados enquanto tais) ocorre mais nitidamente nos estudos de cinema do que em relação aos demais meios audiovisuais. Os processos e produtos que não mereçam minimamente uma categorização como “obra” não recebem então correspondente cuidado de análise.

Quando se trata da crítica jornalística, além do eventual comparecimento de limitações similares (nos casos em que os críticos são bem informados por “leituras acadêmicas”), pode-se acrescentar ainda uma ênfase de proposições de gosto pessoal afirmado como “verdade”, interpretações “de autoridade”, trabalhos de julgamento em termos de “bom/mau” e ainda uma concentração no esforço de “indicar x contra-indicar” – ou seja, de fazer seleções como um serviço para o leitor.

O maior defeito de tais limitações (quando estas efetivamente ocorrem) é o de não alimentar significativamente o debate social sobre a mídia. Assumimos assim uma premissa de que o

mais relevante no trabalho da crítica não é oferecer afirmações peremptórias que digam o que é e como funciona a mídia; mas sim a possibilidade de contribuir com critérios diversificados, procedimentos e “vocabulário” para que os usuários da mídia² exerçam e desenvolvam sua própria competência de seleção e de interpretação do midiático; e para que participem com eficácia do debate social sobre a mídia.

Dito isto, é possível agora reinscrever a crítica especializada como parte de nosso objeto de pesquisa. Para esta inclusão devemos assumir algumas premissas. A crítica especializada não terá nenhuma prevalência sobre outros tipos de comentário social. O fato de ser “especializada” apenas a faz situar na sua especificidade (e portanto solicita o exame de suas lógicas específicas), não se lhe atribuindo um estatuto de conhecimento superior. Ela nos interessa apenas enquanto possível fornecedora de perspectivas e proposições que sejam (ou possam ser) absorvidas a serviço do debate social concreto. Quanto maior a disjunção (a ausência de passagens e interlocução entre a crítica “de sociedade” e as críticas especializadas) menos estas últimas são socialmente relevantes, ainda que academicamente profundas - seja porque não ouçam as questões concretas da sociedade (e apenas pretendam “dizê-las”); seja porque, apartadas das questões concretas, se perdem em abstrações.

Devemos entretanto evitar a idéia de que estamos defendendo a substituição da fala da crítica pela “fala da rua”; ou que aquela deva simplesmente “descer à rua”. Seu trabalho é no espaço do desenvolvimento teórico - mas esse, para ser significativo, deve sintonizar-se com as “questões da rua”. Percebemos interações entre a crítica especializada e os comentários do concreto. Aquela pode (em determinadas condições) fornecer vocabulário crítico, informação básica, métodos de aproximação - em suma, “conhecimento”. Pode estimular o interesse de “criticar” (se a crítica fizer sentido no ambiente extra-universitário). Já a crítica socialmente viven-

2. Explicitaremos adiante nossa perspectiva sobre o que estamos considerando “usuários da mídia”.

ciada oferece seus processos sociais, a base de realidade a ser investigada, uma percepção de objetivos, focos e interesses “vivos”, procedimentos e “lógicas” com validade social concreta – em suma, o que Roberto Schwarz (1978) chama de “problemas do lugar”.

Só podemos estabelecer questões sobre o processo crítico a partir de tomadas de posição sobre os objetivos da crítica – tomadas de posição que, para serem minimamente pertinentes, devem ser precedidas de um conhecimento do objeto; e devem ser expressas.

Assim, desenvolver competências críticas não corresponde a “assumir” uma posição de recusa ou de desdém, nem a reunir argumentos que assinalam os limites e a baixa qualidade da produção midiática. Envolve antes: a) desenvolver, comentando, uma capacidade de fazer comentários; b) conhecer diversos pontos de vista críticos (conhecer, e não simplesmente ver estes pontos de vista inculcados como “verdades”); c) desenvolver um conhecimento sobre a permeação de produtos e de processos midiáticos na sociedade, através do cotejo de várias “lógicas” de relacionamento com a mídia (e não assumir aprioristicamente uma determinada lógica); d) desenvolver a competência de fazer diferença entre diferentes produtos e processos (na medida em que todos os processos e produtos sejam considerados “igualmente” perniciosos ou de má qualidade, não se aprende a comparar, a refletir, a fazer opções) – mesmo na má qualidade, é preciso distinguir entre processos e “modos” diferentes segundo os quais essa má qualidade se expressa.

Para um bom comentário é necessário relacionar o julgamento e as valorações a critérios expressos. Assim, um dos objetivos da crítica acadêmica (ou da crítica da crítica?) seria o de explicitar e de oferecer critérios diversificados.

Uma questão inarredável, para a crítica da mídia, é a do lugar de onde esta se faz – o que corresponde ao lugar do crítico ou ainda à perspectiva da qual se vê o objeto a criticar. Um dos ângulos dessa questão aparece na polêmica entre Bourdieu (1997) e as proposições de Comte-Sponville e Ferry (1998). O primeiro observa os processos midiáticos a partir do campo acadêmico-

científico, único com distanciamento para uma análise objetiva, e critica nos segundos uma inscrição que tenta se autojustificar também no campo midiático. Assim, a defesa que os dois “filósofos-jornalistas” fazem de uma “crítica interna” da mídia transforma-se facilmente na defesa de uma crítica feita a partir do campo midiático³.

Sem pretender aprofundar esta questão no curto espaço deste artigo, assumiremos que a clivagem “crítica interna x crítica externa” não depende de maior ou de menor aproximação com a mídia – ou de “aceitar ou recusar” critérios midiáticos. Relaciona-se antes a uma decisão sobre o que observar na crítica: a) apenas o teor crítico, relacionado a conceitos assumidos sobre a sociedade; ou b) observar a crítica enquanto relacionada com seu ponto de operacionalidade na sociedade, ou seja, enquanto gesto social. Neste sentido, toda crítica é interessada e participante – na sociedade. Trata-se então de reconhecer e observar o ângulo segundo o qual a crítica se inscreve (ou seja, “é interna”); em contraste com uma pretensão de exterioridade que, evidentemente, apenas a crítica acadêmica pode pretender (o que não significa necessariamente realizar).

A “internalidade”, em nossa perspectiva, não se refere à inscrição do crítico ou a uma performatividade midiática de seu texto – e sim ao esforço necessário, do analista das críticas, de percebê-las segundo seu ângulo específico de articulação, enquanto “parte” e gesto social. Assim, para nós, não se trata propriamente de “defender” uma crítica interna ou de separar a crítica interna da “crítica externa” para analisar apenas a primeira. Mas sim de considerar a crítica como uma ação de sociedade, em sociedade – e portanto examiná-la por seus

3. O que envolve, deve-se dizer, uma certa má vontade com os dois autores. Qualquer que seja nossa posição sobre suas propostas e mesmo que a crítica que lhes faz Bourdieu possa ser pertinente, é preciso observar que o uso que fazem da expressão “crítica interna” não corresponde à defesa dessa inscrição do crítico, mas sim envolve a utilização crítica das promessas internas da cultura midiática como critério de cobrança (Comte-Sponville e Ferry, 1999, p. 411 e 430-434)

ângulos (suas lógicas) segundo as quais a crítica faz parte da sociedade. Por definição (em nossa perspectiva) todas as críticas são internas à sociedade – embora uma parte significativa delas se faça a partir de “lugares” (sociais) que procuram se distinguir, se afastar, de qualquer coisa que se aproxime dos processos midiáticos. Ao se pretender isenta (“externa”) na verdade adota este modo específico de situar-se na sociedade.

Uma das críticas severas sobre a mídia é afirmá-la como principal responsável pela desmontagem da esfera pública, do debate democrático. Esta esfera, espaço de transmissão e base de decisões entre a esfera da vida privada e as instâncias do poder de estado, estaria comprometida pelo fato de a comunicação social ter se tornado essencialmente midiaticizada. Com esta midiaticização, discute-se sobre a possibilidade de uma “esfera pública midiática” – discussão que envolve uma diversidade de posições entre a negação radical e a ilusão de já contarmos com tal instância sociopolítica. Independentemente de quais sejam as posições mais válidas neste debate (e não podemos, é claro, entrar aqui no mérito da questão), uma premissa que consideramos essencial para o presente estudo é que qualquer hipótese de “esfera pública midiática” (isto é – um debate social produtivo e aberto sobre questões de relevância para a sociedade através de processos midiáticos) tem que ser precedida pela efetiva existência de debate social produtivo e aberto sobre os processos midiáticos.

Incluimos portanto como condição para uma esfera pública midiática a necessidade de existência de um SSCI pujante e auto-reflexivo.

Uma questão instigante e preliminar corresponde a saber se é estruturalmente possível, na sociedade, o desenvolvimento de um tal debate – ou seja, se a sociedade midiaticizada não se coloca de tal modo à parte de processos reflexivos e argumentativos que qualquer hipótese de debate relevante e aberto sobre os processos midiáticos seja descartado ou deva se confinar a espaços privilegiados, como a universidade. Entendemos que a possibilidade do debate depende da existência de continuidades e tensões entre setores e interesses sociais, suficientemente auto-percebidas para

gerar contrastação – e de autonomia de posicionamento minimamente requerida para determinar negociações de sentido.

A idéia de continuidades (ou contigüidades) e tensões corresponde a perceber que a mídia e os processos midiáticos em geral interferem com as atividades de outros setores. Interferências as mais diversas – desde fazer “a mesma coisa” mas de outro modo; a “roubar” os antigos usuários e participantes de outras atividades; a comentar, mostrar, analisar (e portanto de algum modo possibilitar deslegitimações); e até mesmo (em uma sociedade já largamente mediatizada) a “esquecer”, a não mostrar.

O campo das mídias aborda a realidade segundo perspectivas assinaladas como específicas e estruturais (como, por exemplo, a ênfase no “espetáculo”; a rapidez expositiva e a imediatividade no captar e fazer circular; o estímulo, no público, de uma seletividade baseada nestas ênfases; etc.). Estas perspectivas contrastam com modos outros de apreensão e tratamento da realidade – de recorte pré- ou extramediatizado, relacionados a ambientes marcados pela presencialidade de interação e/ou caracterizados por processos institucionais de longas tradições e metas sociais (escola, família, política, artes, etc.). Estes modos outros são constantemente invadidos por solicitações modificadoras na perspectiva da mediação.

Podemos, portanto, considerar que há contigüidade entre a mídia e todas as demais atividades da sociedade que podem ser referidas (incluídas) ou penetradas pela mídia e seus processos; e há tensões porque ao interferir e eventualmente disputar espaço, entram em choque (ou tentam se articular) lógicas distintas de “fazer as coisas”.

Por isso mesmo, há potencialidade de tensão. Da mídia sobre outras instituições, uma vez que “mostrar” evidencia, “expõe”, contrasta, descontextualiza do “circuito” habitual das próprias instituições da sociedade para recontextualizar nos espaços variados da recepção e nos espaços “comparativos” da própria mídia. Logo “deslegitima” e “põe em crise”. Em contra-reação, tensão das demais instituições sobre a mídia. Mesmo que uma boa parte delas se limite a absorver os processos midiáticos, o processo mesmo de absorção gera tensões, pois a articulação entre lógicas diferenciadas não se faz de modo automático.

Percebemos então um quadro potencial de tensões: entre setores da sociedade e a mídia; entre meios e processos diferenciados de comunicação (jornal x tv; jornalismo x publicidade; entretenimento x “cultura”); entre diferentes valores de uma mesma profissão de comunicação; e ainda entre o sistema de produção e o sistema de recepção. Parece-nos portanto poder assumir – ao menos como hipótese de trabalho – que aquele debate sobre processos midiáticos, por mais embrionário que seja, tem condições sociais de existência.

Assim, o foco dinâmico de um trabalho crítico sobre a mídia deve ser buscado diretamente nos debates (ainda que pobres e poucos) ativados na sociedade e solicitados pelo jogo de continuidade e tensões entre a mídia e os demais setores sociais. Interessará então, na pesquisa a ser desenvolvida, observar diferentes processos e “lógicas” que a sociedade usa para debater sobre a mídia, agir sobre ela, se defender ou simplesmente utilizá-la.

No exame desses processos e dessas lógicas, e considerando tais objetivos de debate, ação e utilização, estaremos sobretudo interessados em perspectivas que pareçam contribuir para:

- funcionar como um sistema tensionador das falas e dos processos midiáticos;
- superar a relativa “invisibilidade” da mídia;
- oferecer questões e critérios aos usuários, na sociedade, para interpretação crítica sobre o sistema de produção;
- categorizar, sistematizar, oferecer pontos de referência para distinguir e para relacionar uns com outros, processos e produtos midiáticos;
- oferecer perspectivas de seleção e de fruição ao usuário consumidor;
- oferecer conhecimento geral sobre os processos midiáticos, de modo a viabilizar “usos” sociais diversificados da mídia (culturais, políticos, institucionais);
- contribuir para a exposição midiática de questões relevantes da sociedade;
- participar de um sistema de retorno, no sentido de testar, apreender, ajustar ou gerar processos de um “aprender produtivo” relevante (completando assim o círculo da interação);

□ estimular revisões e aperfeiçoamentos de processos na produção;

□ apresentar ou estimular processos irônicos sobre a mídia (uma vez que estes favorecem a percepção de disjunções).

Por outro lado, onde tais possibilidades não compareçam, é preciso desenvolver uma compreensão sobre as bases dessa lacuna e investigar a eventualidade de processos outros, aqui não percebidos.

Abrangência do SSCI

Como compasso inicial é preciso adotar uma definição ampla de abrangência. Se se faz uma inclusão restritiva, em função do que considerássemos pessoalmente como “crítica” (envolvendo uma apresentação de julgamentos sistematizados, clareza de critérios e argumentação sustentada), estaríamos conformando e reduzindo aprioristicamente o SSCI a um posicionamento sobre o que, intuitivamente, pensamos deva ser a crítica. Particularmente, estaríamos assumindo os padrões da crítica especializada como requisito para reconhecimento do gesto crítico – o que seria contraditório com os objetivos do estudo.

Se o que pretendemos é observar de modo panorâmico as possibilidades de ação da sociedade sobre seus processos midiáticos – para, dentro deste panorama, perceber diversidade (o que permitirá mais adiante emitir julgamentos de valor diversificados) é preciso dar a máxima latitude ao conceito preliminar de “crítica”. Consideraremos então como componentes de um SSCI observável: a) qualquer tematização da mídia, de seus produtos ou de seus processos que ultrapasse a mera referência informativa; b) qualquer expressão de julgamento, apreciação ou valor direcionado à mídia, a seus produtos e processos, quer seja favorável ou desfavorável, com ou sem nuances; c) qualquer esforço de inserção, no próprio espaço social, de resposta a proposições midiáticas – quer seja dirigida à própria origem da proposição, quer se coloque como reação exposta em geral “aos olhos da sociedade” (desde que essa resposta não se concentre exclusivamente no teor da proposição

original, voltando-se ao contrário, ou também, para alguma referência sobre as circunstâncias ou procedimentos midiáticos que conformam a proposição comentada).

Em um trabalho de observação exploratória percebemos, já, alguns limites ou desvios nas possibilidades de geração social de comentários e debate. Estes limites funcionam como restrições ao bom funcionamento do SSCI – e os comentários marcados por tais restrições solicitam um estudo das lógicas que as sustentam.

A mídia não se tematiza nem se deixa tematizar com facilidade – não apenas por interesses profissionais e empresariais de furtar-se ao debate – mas também porque os processos tendem a “desaparecer” por contraste com os temas veiculados. Assim, tende-se a concentrar a atenção nos temas tratados mesmo quando o objetivo da fala ou do debate é o tratamento midiático dado a um fato. Frequentemente a discussão do fato toma a dianteira e esquece-se (ou deixa-se em segundo plano) o debate sobre como a mídia o trata.

De modo complementar a isto, ocorre uma ênfase nas personalidades midiáticas – facilitada por sua “presencialidade” visual na mídia. Ocorre assim uma certa “ausência de percepção”: a mídia é muito pouco percebida pelo usuário comum – este vê as pessoas, os artistas, as personalidades midiáticas, os temas referidos (fatos jornalísticos, temas tratados nos programas de entretenimento, teor dramático da dramaturgia). As personalidades e os temas são mais “midiáticos” do que a mídia.

Isto é reforçado por um auto-apagamento ou “esquivamento” da mídia, que “naturalmente” não se põe em causa – a tendência a uma redução de legitimidade das demais instâncias do social através de sua exposição midiática não encontra contrapartida em uma exposição correlata da própria mídia. Pode-se presumir uma defensividade de setores da mídia diante do que seja colocado como desaprovação, contestação, ou mesmo aparência ou potencialidade de contestação.

Somam-se a estes limites dificuldades de exposição do comentário – seja por falta de acesso a circuitos de debates, seja porque os subsistemas, em conjunto, não valorizam ou resistem a certos

debates. O que é reforçado pela insuficiência de uma “diversidade midiática” que estimularia maiores polêmicas intermediáticas. Falta ainda (e talvez sobretudo) acesso à exposição por parte de largos setores e interesses da sociedade, em função do controle social da mídia por poderes econômico-sociais dominantes.

Correlato ao anterior, na medida mesmo em que os circuitos mais evidentes são os midiaticizados, percebemos uma redução dos circuitos de debates (assinale-se, por exemplo, o virtual desaparecimento dos cineclubes, como instância concreta de debate, crítica e aprendizagem). Com isto, enfatizam-se os comentários de circulação restrita a iniciados – com interesses intelectuais precisos, jargões, conhecimentos sistematizados prévios requeridos, interesses profissionais especializados em torno da mídia, etc.

Enfim, pelo lado da produção crítica, é possível perceber um certo excesso de observações “totalizantes” – tudo é positivo ou tudo é negativo – a observação concreta, quando feita, servindo sobretudo para carrear “evidências” para a perspectiva. De mesmo padrão são as críticas apriorísticas e/ou norteadas por um “deve ser” abstrato, sem se perceber bem “como é”, salvo no fato de que não é “como se gostaria que fosse”.

Apesar de todos estes “limitadores”, há tensões que inevitavelmente trazem a mídia à evidência (à tematização que expõe). De certo modo, são estas tensões que devemos procurar detectar na observação dos comentários.

Usuários

Em corolário com a abrangência acima afirmada, é importante para a pesquisa buscar “comentários sociais” em uma diversidade ampliada de usuários da mídia. É freqüente relacionarmos esta expressão ao “receptor”, a pessoas que, no pólo de chegada da relação dual emissor-receptor, “recebem” uma mensagem elaborada algures. Incluindo agora o SSCI como terceiro subsistema básico no processo, pensaremos antes em usuários diversificados do sistema geral de midiaticização, em qualquer de seus subsistemas.

Devemos considerar também que uma mesma pessoa pode ocupar, e frequentemente ocupa, mais de uma “posição de uso” dos processos midiáticos⁴. A todos interessa o comentário sobre a mídia – e portanto a partir de todas as “posições de uso” é possível perceber-se a emissão de comentários e a participação no debate (com ou sem retorno sobre a mídia, exercido na mídia ou em outros ambientes) – o que envolve portanto não apenas ações entre usuários “externos” (receptores) e mídia; mas também interações diversificadas entre usuários sobre a mídia (com variados graus de relevância e incidência social).

Entendemos então como usuários e portanto potenciais propositores de comentários críticos: a) usuários consumidores, fruidores (“receptores”); b) produtores, criadores, profissionais da mídia; c) usuários veiculadores – vozes e falas da sociedade (políticas, sociais, culturais, institucionais) que se expressam através da mídia; d) usuários econômicos – empresas, empresários da mídia; e) usuários econômicos – anunciantes; f) observadores – críticos e interpretadores “profissionais”; g) usuários “objeto de fala midiática” (fontes, referências e notícias)⁵.

Assinalamos ainda que os não-usuários de determinados processos, ou usuários confinados apenas ao “modo receptivo”, são também, pelo menos potencialmente, fontes dinâmicas de crítica – exatamente em função do não-acesso.

Assim, em vez de pensar apenas no usuário-receptor que, a partir de uma perspectiva cultural alheia ao midiático, se contrapõe ao sentido do que a mídia diz, devemos tentar observar, na sociedade, a interação de reações diversas de usuários (próximos ou distantes das lides midiáticas) que se voltam sobre a mídia para tentar dizê-la (em perspectivas singulares, pontuais, “locais”, se for o caso) – e que desenvolvem, por sua manifestação e inserção em circuitos sociais, “fatos de sociedade”. Agem ou tentam agir

4. Por exemplo, mesmo o crítico apocalíptico da mídia muito provavelmente vê televisão e lê jornais – é “usuário-receptor”.

5. Embora pudéssemos dizer aqui que a mídia é usuária da imagem ou situação das pessoas, grupos e instituições a que faz referência, é evidente que o “uso” é mútuo – o que significa não isento de tensões.

através dela, sobre ela – e, ao fazê-lo, participam da construção e do funcionamento de um SSCI.

Observáveis (instância empírica)

Dada a abrangência quase evanescente assumida preliminarmente para o objeto da pesquisa, o campo de observáveis possíveis se diversifica indefinidamente. Em princípio, todo e qualquer comentário sobre qualquer meio de comunicação ou seus processos recairia dentro do “aceitável” (para observação). Os limites da realidade e as praticidades de pesquisa se encarregam entretanto de determinar cortes pertinentes nessa amplitude.

O primeiro corte é aquele mesmo determinado pelos limitadores acima referidos – e que foram sendo percebidos em nossa primeira triagem exploratória, quando a simples referência a qualquer coisa de “midiático” nos fazia perguntar se aquele comentário não deveria, apesar da eventual trivialidade, ser incluído no corpus para estudo. Assim, os comentários para os quais a mídia e seus processos são quase invisíveis, pois enxergam apenas o tema ou a personalidade, não serão incluídos⁶.

Um segundo corte, agora já na própria seleção dos observáveis, é dada pelo índice diferenciado de presença em cena de alguns tipos de comentários. Durante os meses de levantamento exploratório chegamos assim a alguns “tipos” ou “modos” suficientemente consistentes (ou reiterados) para formar categorias prévias de observação. No momento, estamos considerando este conjunto como composto pelos seguintes itens de observação (dentro de cada qual devendo ser escolhido um pequeno número de exemplares para estudo):

a) crítica acadêmica – caracterizada sobretudo, em nosso espaço de interesse, por artigos recentes de pesquisadores brasileiros que apresentam investigações sobre ângulos concretos da mídia, sua produção, seus processos; e não artigos teorizadores ou ensaísticos genéricos sobre “mídia”;

b) crítica midiática especializada – normalmente chamada “crítica jornalística”, voltada tipicamente para a análise de

6. Mas estas lógicas de apagamento, que igualmente fragilizam e diluem o próprio SSCI, devem ser analisadas.

produtos específicos (obras e eventos); são as críticas regularmente produzidas nos segundos cadernos de jornais e em revistas temáticas;

c) depoimentos profissionais organizados – trata-se aqui das produções de profissionais da comunicação que elaboram reflexões sobre o próprio exercício profissional em perspectivas não exclusivamente “técnicas”, mas antes a partir de suas experiências vividas, relacionadas a suas inferências sobre “o que é” este exercício na sociedade; encontram-se em livros de depoimentos, em periódicos, em seções de revistas especializadas ou não. Eventualmente este conjunto pode ser complementado via entrevistas acionadas pela própria pesquisa;

d) programas de debates na tv sobre a mídia – sobre determinadas profissões de comunicação, sobre questões sociais críticas expressamente relacionadas à mídia (como sexo e violência) ou ainda sobre eventos em que o papel da mídia é tematizado;

e) referências esparsas em jornais e revistas informativas – matérias jornalísticas e colunas “de jornalistas” em que, tratando-se de assuntos da atualidade, se comenta o papel ou os processos da mídia ou de determinados veículos. Como esse tipo de comentário não tem um “local de expressão” definido nem uma sistematicidade de aparecimento, a captação de exemplares foi feita através de uma triagem sistemática em quatro jornais diários e três revistas semanais noticiosas pelo período de um mês;

f) comentários de outras vozes da sociedade, extra-jornalísticas, sobre a mídia – geralmente em posição crítica, trata-se de colunas em que personalidades não-midiáticas, geralmente em nome de instituições outras, como a igreja ou a escola, expressam preocupações e afirmam posições sobre determinados “comportamentos da mídia”;

g) cartas de leitores em jornais ou revistas em que o comentário sobre a mídia ultrapassa a simples apreciação, o desacordo sobre a informação dada ou a autodefesa diante destas – para chegar a alguma reflexão, por mais simples, sobre os próprios processos;

h) expressões jornalísticas de auto-controle – a pressão social correlacionada à necessidade de uma auto-regulação da liberdade de imprensa tem gerado, nas últimas décadas, um certo esforço, particularmente de jornais impressos, no sentido de tomar iniciativas de expressão crítica. Trata-se de atividades como a dos ombudsmen e dos conselhos de leitores, reunidos a outros esforços de análise ativada pelo próprio jornal;

i) sites na internet voltados especificamente para comentários sobre a mídia e comunicação – trata-se de observar a experimentação de uso das potencialidades da mídia em rede como processo de interação social e como viabilização do debate sobre a mídia.

Este é o conjunto que no momento descreve nossa previsão de observáveis⁷ (que pode entretanto vir a ser modificada em processo). Tal lista não pode se dar como abrangente da efetiva diversidade da circulação de comentários sobre a mídia; nem podemos pretender exaustividade de observação em cada item. Trata-se antes de assegurar um mínimo de diversidade de lógicas de comentário, permitindo comparações e compondo o que poderíamos chamar de uma “topografia lacunar”. Uma vez estabelecidas algumas coordenadas, ainda que poucas e provisórias, será possível, em estudos posteriores, complementar e corrigir, prefigurando o que possa vir a se desenvolver como uma crítica significativa da crítica.

Afirmamos no início do artigo que a análise de comentários empíricos componentes do SSCI seria feita em busca das “lógicas” que os sustentam. O que significa estudar as “lógicas dos comentários”? Julga-se sempre com um objetivo e a crítica só faz sentido se o julgamento aponta em direção a este objetivo. É importante então que os objetivos da crítica sejam claros e

7. Inscritos ou complementando este conjunto de observáveis, dois temas pontuais estarão sendo pesquisados individualmente por bolsistas de iniciação científica (estudantes de jornalismo da Unisinos vinculados à pesquisa): a) Bernadete Rodrigues: tratamento dado a atividades de jornalismo na ficção cinematográfica; b) Gustavo Barbosa Rosadilla: três sites da internet sobre imprensa.

esclarecidos. Faria parte de um bom SSCI uma clareza de idéias sobre o que determinadas críticas estão fazendo aí. Isto é da ordem da crítica da crítica. Por outro lado, o “estar fazendo” corresponde à lógica de inserção de tal tipo de crítica nos processos sociais e no tratamento das questões midiáticas. O desenvolvimento de uma percepção sobre estas lógicas deve solicitar as seguintes investigações:

- analisar o ponto de vista, na sociedade, de onde esse comentário se faz;

- procurar compreender o sistema de continuidades e tensões, proposto pelo comentário, entre a posição assumida e as questões midiáticas referidas (ou seja, as articulações entre a crítica e a coisa criticada);

- tentar perceber os objetivos ou motivações relacionados àquele ponto de vista e ao sistema de continuidades e tensões;

- perceber o alcance, os interlocutores e o âmbito de circulação desta crítica;

- observar as características dos processos comentados que, para além do interesse específico daquele ponto de vista, pareçam ter uma abrangência maior, uma oferta de conhecimento mais amplo sobre a mídia de modo geral.

Assinalamos que, em um primeiro momento (no âmbito da pesquisa), não interessa emitir julgamentos de valor sobre essas “lógicas”, mas apenas constatar sua existência na sociedade, e compreender o seu funcionamento.

Não temos, entretanto, a pretensão de mapear a diversidade de lógicas segundo as quais a mídia é observada pela sociedade ou através das quais a sociedade tenta interagir criticamente com a mídia. Pretendemos apenas levantar um certo número de indicadores de interações e de participação da sociedade nos processos midiáticos, que envolvam um mínimo de reflexividade. Em seguida, através do cotejo entre as lógicas percebidas, devemos examinar criticamente (contrastando estas lógicas entre si e relacionando-as a parâmetros a serem assumidos) o “estado de constituição” do subsistema crítico interpretativo da mídia.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Afonso de; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Media criticism à brasileira: o Observatório da Imprensa. X ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS. Brasília: GT de Estudos de Jornalismo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. O sistema social crítico interpretativo. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa à cibercultura. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

_____. Interatividade & Recepção. In: FAUSTO NETO, Antonio et al. (orgs.). Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade. Porto Alegre: Edipucrs/Famecos, 2001. p. 109-136.

COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc. A sabedoria dos modernos: dez questões para o nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e mídia. VII COMPÓS. São Paulo: GT de Comunicação e Política, 1998.

PARISOT, Thomas. Le tournant “a-critique” de la sociologie de la réception. [Internet]. Disponível em <<http://www.fabula.org/cgi-bin/imprimer.pl?doc=revue/cr/115.php>>. Acessado em: novembro de 2001.

PAULA MOTA, Maria Regina. Crítica da mídia: um diálogo possível. GT de Fotografia, Cinema e Vídeo. IX ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Luiz Martins da. Imprensa, danos morais e indenizações. [Cd-rom]. Anais do IX Encontro Nacional da Compós. Porto Alegre: PUC/RS, 30.05-02.06.2000. [Texto apresentado no GT de Estudos de Jornalismo].

SILVEIRA, Fabrício. É possível a crítica da mídia no contexto da sociedade midiática? Ecos - Revista da Escola de Comunicação Social. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, v. 4, n. 2, p. 41-52, ago-dez 2000.

TRAQUINA, Nelson. Quem vigia o “quarto poder”? [Cd-rom]. Anais do IX Encontro Nacional da Compós. Porto Alegre: PUC/RS, 30.05-02.06. 2000. [Texto apresentado no GT de Estudos de Jornalismo].